

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.508.433 - RJ (2019/0145593-0)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**EMBARGANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF**  
**ADVOGADO : IVAN TAUIL RODRIGUES - RJ061118**  
**ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694**  
**EDUARDO MACCARI TELLES - RJ001673B**  
**GUILHERME NITZ CAPPI E OUTRO(S) - RJ132011**  
**DANIEL BECKER PAES BARRETO PINTO - RJ185969**  
**EMBARGADO : NELSON DE OLIVEIRA SANTOS**  
**REPR. POR : DINORAH CALABRIA DE OLIVEIRA SANTOS - INVENTARIANTE**  
**EMBARGADO : FRANCISCO ALVES RIBAS**  
**REPR. POR : RICARDO CAVALCANTI RIBAS - INVENTARIANTE**  
**EMBARGADO : JORGE RUDE**  
**REPR. POR : MARIA CANDIDA FIGUEIRA DE MELLO NEVARES RUDE -**  
**INVENTARIANTE**  
**EMBARGADO : WALTER CAPDEVILLE GRIBEL**  
**REPR. POR : MONIQUE DORNAS GRIBEL E ANDRADE - INVENTARIANTE**  
**EMBARGADO : WALKYRIA DE OLIVEIRA DA SILVA**  
**REPR. POR : LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA E SILVA - INVENTARIANTE**  
**EMBARGADO : LEDA DE ALMEIDA SILVA PINTO**  
**REPR. POR : LEDA MARIA DE ALMEIDA SILVA PINTO - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO : MARIANNO SANTOS RIBEIRO DA LUZ E OUTRO(S) - RJ010207**  
**EMBARGADO : KERMA SYLVIA REZENDE GUIMARAES**  
**REPR. POR : GERALDO GUIMARAES - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO : LUIS FELIPE FONSECA DRUMOND E OUTRO(S) - RJ070199**  
**EMBARGADO : WALTER DA SILVEIRA GUEDES**  
**REPR. POR : RITA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES - INVENTARIANTE**  
**EMBARGADO : ANTONIO FERNANDO DE GOUVEIA REGO**  
**REPR. POR : WALESKA LORI DA COSTA BRASIL VIANNA REGO -**  
**INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO : CLÁUDIO HABIB GOMES E OUTRO(S) - RJ058279**

**DECISÃO**

Tratam-se de embargos declaratórios opostos por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF contra decisão (e-STJ, fls. 271/273), que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Em suas razões, a embargante afirma (a) que a decisão foi omissa pois não analisou que nos embargos opostos na origem, foi alegada omissão quanto a existência de acórdão proferido em sede de agravo de instrumento que determinou que a multa cominatória

só poderia ser exigida após oferecimento de caução idônea pelos embargados e mesmo assim foi mantida a aplicação de multa mensal e (b) que ao rejeitar os embargos, o Tribunal de origem não saneou a omissão apontada quanto a existência e necessidade de respeito aos termos da decisão do agravo de instrumento e proferiu decisão genérica, tendo violado os arts. 489, II e 1.022 do CPC.

Foi apresentada impugnação às fls. 292/295.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Tem-se que a decisão ora embargada foi clara ao afirmar que não se verifica a alegada violação aos arts. 489, inciso II e 1.022 do CPC/15, considerando que o agravo de instrumento interposto pela parte teve seu seguimento negado por ser manifestamente inadmissível, bem como que a tese acerca da violação a coisa julgada material não foi objeto dos embargos opostos na origem (e-STJ, fls. 272/273).

De ver-se, portanto, que os presentes embargos declaratórios revelam o nítido propósito da parte embargante em rediscutir tema que foi devidamente apreciado, o que é defeso através da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão embutida nos aclaratórios.

A propósito, traz-se a lume alguns arestos proferidos nesse sentido, os quais, embora prolatados sob a égide do vetusto CPC/1973, exprimem a firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da inadmissibilidade dos embargos de declaração quando opostos fora das exíguas hipóteses legais de seu cabimento, *in verbis*:

***"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO NÃO CONHECIDO. SÚMULA 182/STJ. PRETENSÃO DE EXAME DE MATÉRIA DO FUNDO. CARÁTER INFRINGENTE MANIFESTAMENTE INFUNDADO. INTUITO PROTELATÓRIO. MULTA.***

*1. Hipótese em que o acórdão embargado concluiu pela não violação do art. 511 do CPC e pela ausência de previsão legal para que o valor das custas de preparo conste da publicação da sentença.*

*2. Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento, ausentes in casu.*

*3. O inconformismo dos embargantes busca emprestar efeitos infringentes, manifestando nítida pretensão de rediscutir o mérito do julgado, o que é incabível nesta via recursal.*

*4. A insurgência revela propósito manifestamente protelatório e utilização indevida dos aclaratórios, justificando a incidência da sanção prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.*

*5. Embargos de Declaração rejeitados, com fixação de multa de 1% sobre o valor da causa."*

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 381.986/SP, Rel. Ministro **HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe de 9/10/2014, sem negrito no original)

*"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. CARÁTER INFRINGENTE DA PRETENSÃO. ANÁLISE DE QUESTÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.*

*1. Inexiste irregularidade a ser elucidada na via dos embargos de declaração se o acórdão embargado manifesta-se de modo claro e objetivo quanto à matéria submetida à apreciação da Corte.*

*2. O reexame de matéria já apreciada com a simples intenção de propiciar efeitos infringentes ao decisum impugnado é incompatível com a função integrativa dos embargos declaratórios.*

*3. Em sede de recurso especial, é inviável ao Superior Tribunal de Justiça analisar ou decidir questões de ordem constitucional.*

*4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no Ag 1.035.101/MS, Quarta Turma, Relator o Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 28.10.2008, sem negrito no original)*

Diante do exposto, rejeitam-se os embargos declaratórios.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator